

A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA CONVERSA COM A PROFESSORA RAQUEL GLEZER

Entrevistadores:

Adriano Toledo Paiva
Martha Rebelatto

Doutorandos em História na Universidade Federal de Minas Gerais (linha de pesquisa: História Social da Cultura), Bolsistas FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Atualmente é professora titular na USP. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, historiografia brasileira, história da cidade de São Paulo e história do Brasil. A professora é coordenadora da avaliação dos programas de pós-graduação da área de História na CAPES. Recentemente publicou o livro *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo Colonial* pela Editora Alameda (2007).



ENTREVISTA

A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO:

UMA CONVERSA COM A PROFESSORA

RAQUEL GLEZER¹

Temporalidades (T): Professora, uma das suas áreas de interesse dentro da História são os veículos de comunicação. Como você tem observado a questão da divulgação do conhecimento histórico?

Professora Raquel Glezer (RG):

Tradicionalmente o campo especializado da história, desde que se estruturou em meados do século XIX, divulgou o conhecimento através das revistas de história, que foram editadas em diversos países. De início, quase todas elas foram denominadas “Revista de História”, com perfil de revista acadêmica, científica, e discutiam a questão do conhecimento histórico, as propostas ou resultados de pesquisas. As revistas acadêmicas de origem oitocentista divulgam, com os livros acadêmicos, uma parte do que nós chamamos de história. Uma outra parte da história é a disciplina escolar no sistema educacional, cujo controle escapa dos historiadores. Em todos os países do mundo ela está sob o controle do Estado, em suas variadas estruturas e organizações. Portanto, desde que a história enquanto disciplina escolar foi colocada nos currículos, nos países que

ensinam história no sistema escolar diretamente, ela possui dois níveis que tendem ao distanciamento e à separação. O conhecimento histórico desenvolvido através das pesquisas e das reflexões universitárias nos cursos de pós-graduação, nas instituições de pesquisa acaba se distanciando do que é a disciplina escolar, que é o contato que a maioria da população tem com a história. Como nossa disciplina possui essa dupla face, somos simultaneamente professores de história e pesquisadores de história, e nós formamos, com o título de profissionais de história, pessoas que atuam em um campo ou no outro, ou em ambos. A questão do distanciamento entre as duas facetas da história enquanto conhecimento é complexa, porque as soluções que surgem para fechar a brecha entre as duas formas de história apresentam opções complicadas para os estudos históricos.

T: Quais seriam essas opções?

RG: Como forma de divulgação tradicional, além dos livros, encontramos as revistas acadêmicas. Sobre elas existem muitos estudos, e sempre são realizados outros, sobre o significado, a importância, a relevância, a contribuição, a recepção. Prefiro me reportar aos materiais que não são acadêmicos, de surgimento recente no Brasil, e que cumprem um papel que para a comunidade acadêmica brasileira é ainda

¹ Entrevista gentilmente concedida pela Prof^ª. Dr^ª. Raquel Glezer, no dia 02/04/2009, no Auditório Bicalho – FAFICH – UFMG.

complicado tanto quanto à percepção como a compreensão do papel social que desempenham. Cito os veículos de comunicação de massa, que muito utilizam os conteúdos históricos. Nós encontramos conteúdo histórico no cinema: há numerosos títulos de estudos acadêmicos nacionais sobre a questão do cinema e história. Tema que foi proposto pelo historiador francês Marc Ferro, na década de 1970, com ampla divulgação na tradição historiográfica francesa e anglo-saxã, com análises das relações do conteúdo histórico no cinema, dos filmes históricos romanceados aos documentários que reconstituem determinados momentos e perspectivas. As análises sobre a produção cinematográfica relacionadas com o conteúdo histórico são bastante avançadas e sabemos em que medida o olhar do diretor, o olhar do roteirista, o olhar do montador conformam as informações e como são recebidas pelos diversos públicos.

Outro veículo que também explora o conteúdo histórico é a televisão. No caso brasileiro, as minisséries históricas. Existem trabalhos sobre a forma como a televisão explora o conhecimento histórico e começam a aparecer estudos sofisticados sobre as formas de recepção do conhecimento divulgado pela televisão.

Eu estudo teoria e história da historiografia brasileira e um dos itens que desperta a minha atenção é que o conhecimento histórico nacional avança e se atualiza, de forma compatível com o padrão internacional. Contudo, a história que está

no currículo escolar e é ensinada é quase sempre um acúmulo de diversas concepções do senso-comum. História é uma forma de raciocínio. Conhecer história é aplicar uma forma de raciocínio que empregamos aos materiais sobreviventes do passado, não é memorização, decoração, tabela cronológica. Considerar nosso campo especializado como elemento de memorização/comemoração é algo que sempre nós deixa perturbados e irritados. No caso brasileiro, o Estado intervém na questão do ensino de história, no conteúdo a ser ensinado, na produção do material didático em vários níveis (desde a análise do livro didático que pode ser comprado ou não pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais para a distribuição aos professores e alunos), até as comemorações das datas cívicas, mecanismos nos quais explora a questão da identidade nacional. A identidade nacional é um dos temas básicos da história e da história da historiografia – não tivesse surgido a disciplina acadêmica em seus dois aspectos como a História da Nação. Procuo acompanhar a produção, o que está sendo publicado, e o resultado da observação empírica impressionista é que o divulgado, o comentado, o comemorado é reduzido e simplificado diante dos estudos históricos existentes. Identidade nacional ainda é explorar o exótico, o futebol, o carnaval (não estou desqualificando tais aspectos - os considero relevantes e significativos), mas identidade nacional é um algo mais do que isto. Teoricamente

é bem mais complexa e requer atenção e cuidados para evitar estigmas, estereótipos e preconceitos.

Procuro acompanhar o que veículos de comunicação produzem. A história apresentada pela televisão, no caso das minisséries históricas, segue o roteiro literário clássico do século XIX, o do romance burguês, no qual o conteúdo histórico aparece sob a forma de tema, cenário e costumes exóticos, através das roupas, e no que se projeta como comportamento de indivíduos destacados. Estas minisséries incorrem no problema de anacronismo, ressaltando o exotismo do modo de vida do passado. O que aparece é o exótico, permeado por anacronismos, em uma estrutura romanesca clássica, tradicional, na qual “todos os males serão devidamente castigados” – pois perderam suas características históricas que são significativas, e, todos os “bons”, todos os heróis serão recompensados, como se a história fosse o resultado de atos individuais de seres destacados e não o resultado de ação social coletiva.

Tal formato é de um tipo de comunicação sobre o qual a comunidade científica não possui meios de controle. Conheço alguns historiadores que foram assessores de minisséries e/ou novelas históricas, que sempre mencionam que “não adianta dizer que uma pesquisa sobre tal ou qual evento e/ou personagem existe” e são divergentes do que é consensual, isto é, do que está nos livros didáticos. Ressaltam eles que não existe a possibilidade que o conhecimento sobre determinado período seja apresentado conforme as discussões

historiográficas, porque ele deve ser processado pelo viés da construção narrativa romanesca.

T: Atualmente quais seriam os veículos de divulgação de História que estão mais próximos do grande público?

RG: Há dois tipos de veículos recentes, que chamam a atenção e que tenho procurado acompanhar. O primeiro são as revistas de divulgação de história como, por exemplo, *História Nova*, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, *Aventuras na História*. Tais revistas são no país fenômeno do século XXI, decorrentes do processo de alfabetização universal e da expansão do sistema educacional e possuem perfis muito diferenciados, embora todas tenham público consumidor. Eu só conheço uma revista de divulgação de história que não resistiu, desaparecendo após o segundo número, a *Terra Brasilis*. Uma revista de divulgação de história como a *Aventuras na História* vende cerca de 400 mil exemplares por número, que é uma quantidade inimaginável para historiadores. Somos editores de revistas acadêmicas de 500/1.000 exemplares e de livros de 500/1.000 exemplares, que levam, no caso dos livros, dois a três anos para esgotar a edição, e só depois desse período a editora analisa se deve fazer uma nova edição. Há nessas revistas um universo de possibilidades não só de trabalho para os historiadores, mas também um campo de estudo: o que são as revistas de história, como trabalham com a divulgação, o que pretendem.

Entrei em contato com as revistas de divulgação de história em um dos cursos de Teoria da História na graduação: ministro aulas no noturno, na sexta-feira. Arquivos não abrem no período noturno e nem aos sábados, domingos e feriados. Os alunos do curso noturno têm dificuldades para desenvolver as atividades de pesquisa, porque há necessidade de organizar e estruturar o material previamente para que eles possam ter acesso. Em 2005 procurei um material de fácil acesso para os alunos do noturno poderem fazer um exercício de análise historiográfica. As revistas de divulgação possibilitaram um exercício de análise historiográfica: O que são? Quais suas características? Como estão estruturadas internamente? A quem elas se destinam? Com que fontes trabalham? Como tratam o conteúdo? E os alunos fizeram um trabalho de pesquisa sistemático, que posteriormente, com autorização, coloquei no site. O trabalho de levantamento do material existente foi muito interessante, porque abarcou não só as revistas de divulgação de história existentes no país naquele momento, mas eles incluíram revistas de história de divulgação de outros países. Alguns alunos comentaram que as revistas de divulgação histórica francesas datam do século XIX, as revistas inglesas do começo do século XX, e com tais dados foi possível fazer um debate sobre os motivos para que só no começo do século XXI elas tenham surgido no país. O trabalho gerou discussões interessantes sobre os processos de alfabetização, modernização de

sociedades, sobre o que se considera uma sociedade de conhecimento e o que é uma sociedade de autoridade – e cabe ressaltar que a nossa ainda é, em grande parte, uma sociedade de autoridade. Fiquei muito contente quando o Luciano Figueiredo assumiu a *Revista de História da Biblioteca Nacional* depois de todos os problemas que existiram, pois é um historiador renomado trabalhando em uma revista de divulgação científica, na qual colaboram os historiadores brasileiros. Uma outra revista de divulgação histórica de perfil diferenciado é a *História Viva*, que veicula traduções de uma revista francesa; nela poucas vezes aparece historiador brasileiro escrevendo artigos. Seu ponto forte são as traduções de artigos de historiadores franceses: bons artigos, bem escritos, bem informados. Impliquei de início com a revista *Aventuras na História*, mas mudei de idéia porque os alunos que a analisavam conseguiram defender a relevância de estudar uma revista de grande vendagem, mesmo sendo tipo *Caras*, que aborda o espetáculo, o exótico, o diferente mas vende 400.000 exemplares. Sobrevive no mercado editorial porque vende muito e quando baixar para 100.000 exemplares ou menos, com certeza a editora a tirará de circulação. Existem muitas outras revistas, de pequenas editoras, que lançam números esporadicamente, quer sobre eventos recentes, no lançamento de filmes históricos, ou em datas comemorativas.

As bancas de revistas estão sempre com muito material de divulgação histórica. Quem lê tais revistas? As pessoas que no processo de modernização da sociedade brasileira passaram a ter acesso ao ensino fundamental completo, ao ensino médio, ao ensino universitário. Qualquer comemoração, qualquer fato, qualquer evento que seja citado em uma manchete de jornal, notícia repetida na televisão, centenário de qualquer fato, serve de motivação e logo encontramos pelo menos meia dúzia de revistas, de qualidade absolutamente diversificada, se remetendo aos conteúdos de história.

Não propus a análise dos conteúdos de tal tipo de produção, pois me interessei pela quantidade e possibilidade que possuem de poder melhorar a veiculação do que é conhecimento histórico para outras parcelas de população, para não nos restringirmos apenas aos nossos alunos e colegas.

T: Nesta mesma linha, como a professora analisa a produção bibliográfica que tem surgido recentemente, especialmente próximo a datas comemorativas, escritas principalmente por jornalistas sobre temáticas da História?

RG: Estou trabalhando no momento com o que chamo de “obras fronteiriças”. O conceito de “obras fronteiriças” é um conceito que veio da Sociologia e das Ciências Exatas, empregado para classificação de obras que não são estritamente científicas, mas dela estão excluídos os romances históricos. Os romances históricos foram, para

diversas gerações de historiadores, uma forma de introdução aos estudos históricos, pois através dos mesmos, determinados assuntos se tornaram importantes, determinadas noções foram passadas, curiosidades foram despertadas. Obviamente, ao analisarmos os romances históricos sabemos que são obras ideologicamente marcadas, são representações de posturas políticas e de crenças. Mas continuam sendo momentos de prazer na leitura. Romances históricos são claramente definidos e os romances históricos brasileiros, pelo menos os do século XIX e do começo do século XX, acabaram sendo relegados às leituras escolares, principalmente porque se tornaram leitura obrigatória no vestibular, e daí ninguém mais os lê realmente. Os autores passaram a ser classificados como aborrecidos: os romances de José de Alencar, os de Joaquim Manoel de Macedo... Eles não são lidos sequer como romances históricos, pois hoje existem resumos que contam o conteúdo do livro. Então, em lugar de serem lidos pelo prazer da leitura, de pensar e imaginar, o leitor obrigado encontra um resuminho, que informa o que pode cair no vestibular.

Mas ao lado dos romances históricos, a partir da década de 1990, surgiu um material que nós não classificávamos como história – e ainda hoje não classificamos como história, embora tradicionalmente o tipo de obra seja considerado obra de história – que são as biografias de personalidades ou de celebridades. Elas

começaram a ser escritas sobre personalidades artísticas, esportivas e estão sendo direcionadas para as personalidades históricas, as chamadas “grandes personagens históricas”. Considero interessante notar que no país o campo das biografias foi reaberto pelos jornalistas - profissionais que controlam e dominam quase que totalmente o campo.

Os historiadores se inseriram muito recentemente neste campo com dois trabalhos relevantes: o de Evaldo Cabral sobre Nassau e o de José Murilo de Carvalho sobre Dom Pedro II. Mas há uma coleção de biografias feitas por historiadores, editada pela Fundação Getúlio Vargas, com pouca repercussão editorial. É uma coleção muito bem feita, bem trabalhada no formato, coordenada por Francisco Falcon, com linguagem acessível. Mas, sem as características especiais das biografias feitas por jornalistas permanece restrita aos especialistas.

Além das biografias, nas comemorações do descobrimento da América e depois nas do Brasil e, nas dos 400, 450, 300, 350, 500 anos, dependendo da data em que um dado espaço geográfico foi ocupado, surgiram obras que denomino de “quase história” – pois não são obras resultantes de pesquisa histórica no estrito senso. Estou me referindo às obras de Jorge Caldeira e Eduardo Bueno, que considero obras de divulgação histórica, visto que eles afirmam terem lido tudo sobre os temas que publicam, mas sem fazer pesquisa documental ou análise

historiográfica. O que me preocupa e chama atenção é o fato das obras de Eduardo Bueno estarem sendo inseridas em bibliografias dos cursos de graduação de história. Tais obras podem ser usadas como leitura complementar no ensino básico, médio ou como uma indicação para quem tem pouco conhecimento no assunto. A linguagem delas é de fácil acesso, mas não são obras historiográficas – decorrentes de uma pesquisa em fontes e confrontando com a historiografia existente, e é por isso que as defino como “obras fronteiriças”.

Tais livros são lançados com uma grande cobertura de imprensa – aparecem nos cadernos literários e culturais, na televisão, nas revistas semanais. O aspecto que desperta interesse e me motiva a estudar os “livros fronteiriços”, de “quase história” é o de procurar as motivações sociais para sua existência. Sabemos que a linguagem deles é agradável, pois são escritas de forma clara e acessível. Outra característica de tais obras é que seguem a estrutura narrativa do romance, o que é muito atraente, porque um romance possui fios condutores, emoção, suspense... E o livro de história acadêmica não os tem. Nós historiadores vamos ao nosso objeto e dizemos: “os autores que escreveram sobre tal ou qual assunto não levaram em consideração tais e quais questões, que podem ser localizadas nos documentos...”. Todos nós tomamos muito cuidado com anacronismos e contradições. As contradições nos “livros fronteiriços” não são

problemas, pois são lidos para lazer ou distração. Não são destinados aos especialistas, são destinados ao grande público. O fato informado em um deles que a cidade do Rio de Janeiro possuía, em 1808, 60.000 habitantes e 100.000 habitantes passa despercebido – tal contradição só é impertinente para os historiadores de história urbana, não para os leitores comuns.

Outro elemento que chama minha atenção é como aparece nas obras a formulação do tempo. Nós como historiadores achamos que as questões sobre o tempo são da nossa especialidade, mas todas as áreas do conhecimento científico trabalham com o tempo – em micro ou macro proporções. É impossível retirar o tempo da nossa forma de trabalho, da nossa forma de pensar, da nossa relação com a sociedade. Quando leio as “obras fronteiriças”, como especialista em história da historiografia, pergunto o que dizem sobre o tempo. De uma forma geral, as obras de “quase história” mantêm a temporalidade linear progressiva, ou seja, a noção que o tempo tem uma seqüência, um encaminhamento lógico. A idéia de um tempo teleológico é extremamente atraente, principalmente em uma época de instabilidade, mudanças e transformações rápidas que alteram o modo de vida das pessoas. Tais obras atraem muitos leitores, porque utilizam uma linguagem acessível, romanceiam os fatos históricos, aproximam personagens históricas do cotidiano, mesmo quando destacam o exótico e o diferente, e também porque a temporalidade com

que elas trabalham - e que historiadores não mais trabalham, é a temporalidade linear progressiva.

Pesquisadores de história retiraram a temporalidade dos estudos históricos como um elemento externo, causal dos fatos, ou arranjo cronológico seqüencial e auto-explicativo, e em nossos dias introjetam a temporalidade no objeto em estudo, a partir das fontes e das hipóteses explicativas. Nosso recorte temporal define a temporalidade com a qual trabalhamos: média, curta, longa, buscando dar conta do que estamos estudando, pois a realidade histórica é um tecido complexo, com suas rupturas e permanências, em diversos níveis, que nos limita e dificilmente permite a compreensão do todo.

Para o público leitor tais questões são irrelevantes. A concepção linear progressiva é asseguradora, pois confere sentido ao passado, permitindo uma lógica causal simples, com heróis e vilões, atos heróicos e tragédias, mas com um caminhar para o futuro, para o progresso.

T: Neste sentido, como a professora avalia a subjetividade nos trabalhos históricos?

RG: O aspecto subjetivo também aguça meu interesse pela produção historiográfica. Desde a década de 70, os estudos históricos estão se voltando para a subjetividade: o historiador define a sua área de interesse, realiza suas escolhas metodológicas - o subjetivo nos estudos históricos passou a ser dominante e determinante. Desde que os grandes modelos interpretativos, os paradigmas

explicativos deixaram de ser o molde obrigatório dos estudos históricos, a subjetividade ocupa espaço cada vez maior e se torna uma das características dos nossos estudos. Quando você pergunta a um aluno de iniciação por que escolheu tal ou qual tema, geralmente ouvirá a resposta que ele possui interesse específico no tema; não mais se remeterá à relevância do tema ou a possibilidade de uma abordagem inovadora. O aluno hoje deseja estudar um objeto que faça sentido em sua experiência pessoal. Este fator marca os estudos históricos contemporâneos e os distanciam do público em geral, que não consegue perceber os papéis sociais fragmentados nas sociedades contemporâneas. A relação com a sociedade e com as outras pessoas não depende em nossos dias de uma posição hierárquica estabelecida, que define padrões de comportamentos, mas se relaciona ao contexto social e aos nossos múltiplos papéis sociais. Na sociedade pós-industrial contemporânea todos nós possuímos personalidade social fragmentada, com múltiplos papéis sociais e reagimos de acordo com as necessidades que a cada um deles compete.

As obras de “quase história” não trabalham com a subjetividade inerente ao autor claramente exposta, pois são consideradas objetivas – o pressuposto é que os autores delas contam a história conforme ela ocorreu, concepção oitocentista que os atuais historiadores cuidadosamente evitam. Contudo, quando analisamos os textos mais detidamente,

encontramos neles esquecimentos, apagamentos, estigmas, preconceitos, senso-comum, xenofobia - noções sociais consensuais correntes implícitas e explícitas – que são inadequadas para qualquer trabalho de história.

T: Qual seria o papel da revistas eletrônicas acadêmicas de história neste contexto?

RG: Estou muito interessada nestes veículos de comunicação, pois considero relevante o surgimento das revistas eletrônicas, das *online*, das dos alunos de pós-graduação e de graduação. De um lado, são elementos de formação profissional, essenciais aos alunos de graduação e de pós-graduação. Permitem o estabelecimento de relações entre pesquisadores. Por outro lado, sinalizam uma mudança na comunidade dos historiadores e sua relação com o público: indicam que procuramos outras linguagens, outras formas de acesso ao público e que pretendemos estabelecer outras relações com a sociedade. Tais conexões devem ser estabelecidas e renovadas, porque continuo pensando que estudamos história com o objetivo de compreender e transformar o mundo, pelo menos compreender e transformar a nossa sociedade. Considero que as revistas eletrônicas, as revistas de alunos, o processo de iniciação científica e a institucionalização da pós-graduação trazem em seu bojo um grande componente de modernização e transparência, tanto nos processos de formação de novos pesquisadores como na possibilidade de

disseminação do conhecimento – que é uma prestação de contas indireta à sociedade que nos sustenta. Sociedades que detem conhecimento e não o disseminam estão destinadas a morrer.

Reconheço que não é somente o conhecimento histórico que não circula: nós não possuímos a sistemática da divulgação do conhecimento científico em geral. Contudo, a nossa sociedade é profundamente dependente do conhecimento científico, em todos os seus níveis e áreas. Neste sentido, os novos veículos de comunicação devem ser não apenas objetos de estudo, mas mecanismos vigorosos para a disseminação do conhecimento histórico, na melhoria de nossa linguagem e da comunicação com o grande público alfabetizado. Espero que possamos - de forma independente do Estado e dos grandes veículos de comunicação, por meio do trabalho desenvolvido pelas revistas de responsabilidade de discentes - e especialmente pela *Revista Temporalidades*, que se propõe ser um trabalho de divulgação - dizer à nossa sociedade a que viemos e qual é a contribuição que nós, historiadores, trazemos.